

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

## O antidesenvolvimentismo na criação do PSDB.

Jeferson Alexandre Miranda  
Pós-graduado em História, Cultura e Poder  
[jefersonmiranda@hotmail.com](mailto:jefersonmiranda@hotmail.com)

### Resumo

Este artigo analisa os princípios fundadores do Partido da Social Democracia Brasileira no que tange às suas visões de mundo sobre o desenvolvimento e sua oposição aos projetos desenvolvimentistas empregados no Brasil até o momento de sua fundação. Queremos demonstrar que este partido, desde sua origem, já apresentava um antidesenvolvimentismo baseado principalmente no pensamento de seu maior intelectual fundador, Fernando Henrique Cardoso. Através de uma revisão bibliográfica que utilizou livros e trabalhos acadêmicos, que analisam o partido no recorte temporal determinado, além de documentos oficiais do próprio PSDB, conseguimos apontar seu antidesenvolvimentismo consubstanciado no pensamento de “desenvolvimento dependente-associado” como única via para uma modernização e desenvolvimento do Brasil.

**Palavras-Chave:** Fernando Henrique Cardoso, Desenvolvimento, Antidesenvolvimentismo, PSDB.

### Abstract

This article analyzes the founding principles of the Partido Social Democrata do Brasileiro (Brazilian Social Democracy Party) regarding to its worldviews on development and its opposition to the developmental projects employed in Brazil until the moment of its foundation; it aims to demonstrate that this party, since its origin, already had an anti-developmentalism based mainly on the thought of its greatest founding intellectual, Fernando Henrique Cardoso; through a bibliographic review that used books and academic works that analyze this specific party in a determined time, besides official documents from PSDB, it was also pointed out its anti-developmentalism embodied in the thought of “dependent-associated development” as the only way for the modernization and development of Brazil.

**Keywords:** Fernando Henrique Cardoso, Development, Antidevelopmentalism, PSDB.

### Introdução

O objetivo central deste artigo foi estudar o PSDB no início da sua trajetória política, buscando fazer uma análise de sua matriz cultural ou bases de sua visão de

# **ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021**

mundo no momento de sua fundação. Como meta para isso, escolhemos um elemento como fio condutor deste trabalho: o Antidesenvolvimentismo como característica de uma nova proposta política engendrada pelo partido. O estudo do PSDB é importante, uma vez que desde sua fundação o partido acabou se conformando como um dos principais atores políticos da cena republicana pós-1988. Sua ascensão ao poder sob os dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2003) e a polarização das disputas eleitorais para a presidência da República com o Partido dos Trabalhadores (PT) durante os anos de 2003 e 2014 foram catalizadoras de uma imensa energia política que muitas vezes se traduziu em atitudes e ações que moldam os ideários políticos do momento presente.

Compreender o PSDB e sua visão de mundo é um passo importante na compreensão da sociedade, da economia e do Estado brasileiro no presente, e neste objetivo escolhemos fazer uma revisão bibliográfica sistemática em que a pesquisa bibliográfica pautou-se em buscar livros e trabalhos acadêmicos que fazem análise e discussão dos princípios e ações do partido no período delimitado entre os anos de 1988 e 1998, momento de fundação e consolidação do partido, comparando-os a documentos oficiais do PSDB, dentro do mesmo recorte temporal, que possam colocar luz sobre o problema aqui destacado: o antidesenvolvimentismo.

Em 1988, o Brasil assistiu ao surgimento de um novo partido: o Partido da Social Democracia Brasileira, doravante PSDB. A sigla requisitou para si um espaço no campo político e, sendo ou não um partido social-democrata, a escolha do nome rendeu ao longo dos anos muitos questionamentos. O PSDB nasceu como partido exclusivamente parlamentar, numa conjuntura de debates na Assembleia Nacional Constituinte, no ano de 1988, sem vínculos com as organizações e movimentos das classes trabalhadoras, ou seja, constituiu-se um partido de quadros muito diferente dos partidos sociais-democratas europeus que surgiram próximos aos movimentos sindicais e com forte conotação social e princípios socialistas. (GENAIO, 2003).

# **ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021**

O antidesenvolvimentismo do PSDB pode ser melhor entendido se o considerarmos como uma subcultura política do partido em seu momento de fundação. Usamos neste trabalho o conceito de cultura política de SANI (1992, p. 306) que o designa como um conjunto de atitudes, normas, crenças, mais ou menos largamente partilhadas pelos membros de uma determinada unidade social e tendo como objeto fenômenos políticos. Ela nos serve para tentar entender como concepções políticas podem se estabelecer em largo alcance ou mesmo analisar etapas distintas da cultura política do PSDB ou da convivência complexa e contraditória entre diversas culturas políticas dentro do partido no momento de sua fundação.

Neste artigo analisamos os princípios constitutivos do PSDB em sua origem, buscando estabelecer relações entre uma linha da cultura política do partido, o antidesenvolvimentismo, e os ideais propostos pelo seu nome. Destacamos os elementos que deixavam claro a contrariedade desses fundamentos e os ideais norteadores da social-democracia e evidenciamos a oposição da sigla às soluções desenvolvimentistas, características no Brasil pós-1930, em suas múltiplas versões. Seguindo este caminho, buscamos afirmar que o antidesenvolvimentismo, desde os primórdios do PSDB foi um argumento preponderante, utilizado para ocupar um “vazio político” na centro-esquerda brasileira, oferecendo assim, uma retórica mais palatável aos que desejavam mudanças políticas, no período da redemocratização pós-1964, mas que alimentavam interesse em uma via alternativa entre o movimentalismo social protagonizado pelo PT, visto como basismo, e o nacional-desenvolvimentismo que pulverizado em vários atores e partidos era considerado como uma velha prática das camadas burocráticas encasteladas no poder.

Neste trabalho, o PSDB não é entendido apenas como um novo ator ou um debutante do cenário político do final da década de 1980. A proposta de social-democracia do PSDB era um arranjo muito diferente dos termos clássicos que sustentam as balizas conceituais clássicas dessa linhagem, e era evidente que o partido buscava tornar-se uma força política estratégica que traria elementos capazes de impulsionar o

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

rearranjo das diferentes forças dos grupos economicamente dominantes na direção de um novo projeto político, nas condições da Redemocratização, a partir de 1988. Ao se estabelecer desta forma, o partido abriria as portas para uma nova conformação da direita brasileira, que na década seguinte se enveredaria por um projeto liberal ou social-liberal, o qual sem seu antagonista clássico: a social-democracia, encontraria no desenvolvimentismo sua nêmesse.

Dividimos o presente texto em três seções. Na primeira, analisamos aspectos gerais da cultura política brasileira buscando apresentar o contexto político-intelectual que serviu de base para a formulação do pensamento crítico do período da Redemocratização pós-1964. Na seção seguinte, analisamos documentos da época de fundação do PSDB, o que nos possibilitou entender a visão de mundo hegemônica do partido, e que em nossa visão, era resultante do contexto político em que o partido se formou.

Na última seção, exploramos a ideia de que o antidesenvolvimentismo do PSDB tem sua gênese no pensamento de seu mais preponderante ideólogo: Fernando Henrique Cardoso. Demonstramos que o antidesenvolvimentismo característico de sua trajetória acadêmica e política teve grande influência na conformação da visão de mundo adotada pelo PSDB. A partir deste momento uma nova fórmula de desenvolvimento seria proposta, focado na internacionalização da economia e na reestruturação do Estado. Este projeto culminou no período em que o partido esteve à frente da presidência da República, momento em que se tentou de todas as formas enterrar a herança getulista, materializada no nacional-desenvolvimentismo, e que teve como esteio teórico a teoria da “nova dependência”<sup>1</sup>, criada na década de 1960, por Fernando Henrique Cardoso. (CARDOSO, FALETTO, 2010).

---

<sup>1</sup> A “Teoria da Dependência” é um movimento de ideias, não homogêneo, ocorrido na América Latina, entre as décadas de 1950 e 1960. No interior dessa rica experiência latino-americana, existiram várias correntes interpretativas das quais as mais conhecidas são: a “vertente weberiana da dependência”, também conhecida como versão do desenvolvimento dependente-associado, ou ainda como versão da interdependência, que tem como seus principais expoentes Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, e a “vertente marxista”, composta principalmente por Ruy Mauro Marini, Vânia Bambirra, Theotônio dos Santos e André Gunder Frank, que fazia a leitura crítica e marxista dos processos de reprodução do subdesenvolvimento na periferia do capitalismo mundial. Ver: MELLO, João Manuel

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

## **Aspectos da cultura política brasileira entre 1930 e a Redemocratização pós-1964.**

Para o professor italiano Giacomo Sani (1992, p.307), “os problemas da transição de um regime autoritário para um regime democrático podem ser vistos como problemas relativos à reação, transformação e difusão de uma nova cultura política”. Esta é uma boa forma de se analisar o período da redemocratização brasileira pós regime autoritário instalado no Brasil em 1964. Pode-se observar claramente, neste momento, grandes variações institucionais, novas classes sociais, diferenciação de elites e massas que sob diferentes recortes étnicos, religiosos, sociais, econômicos e políticos estabelecem novas culturas políticas hegemônicas. Desta forma parece ser correto dizer, que no Brasil, os recortes multifacetados têm raízes profundas na cultura política em que eles estão inseridos.

Tais dimensões conceituais são de suma importância para compreendermos a miríade de subculturas que contribuíram para a fundação do PSDB e sua sobrevivência política nos seus anos iniciais. Elas são essenciais para observar o partido sob a ótica da cultura política hegemônica, e das subculturas políticas minoritárias, convivendo enquanto força política na oposição, ou como em posição de exercício do poder.

Segundo Dulci:

servem muito adequadamente para entendermos com maior clareza a vocação nacional do PSDB, no sentido de que, mesmo quando ainda uma força política apenas mediana de oposição, já se destacava pôr se debruçar sobre as grandes questões e dilemas do país. (DULCI, 2010, p.27)

Neste aspecto ao entendermos os elementos constitutivos da cultura política do PSDB podemos conhecer sua visão de mundo, e como suas “crenças gerais” organizam e estruturam as ações decisivas ou estratégicas dos seus correligionários ou mesmo de

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

seus principais “atores políticos”. Corroborando este argumento, aqui exposto como uma proposta de análise, Daniel Pécaut (1990, p. 185) afirma que tais visões de mundo concorrendo entre si podem forjar, com o tempo, uma cultura política hegemônica, o que nos permite questionar, o quanto de antidesenvolvimentismo já estaria presente na origem do PSDB, uma vez que nossa tese se pauta em afirmar que o mesmo é um elemento fundamental de sua cultura política desde o princípio.

O antidesenvolvimentismo peessedebista se estabelece em oposição ao desenvolvimentismo e ao nacional-desenvolvimentismo brasileiro; o PSDB desde seu princípio, através de seus membros notáveis, destacando aqui Fernando Henrique Cardoso, produziu críticas e propôs alternativas aos mesmos. Compreender este aspecto colabora para tornar mais clara a atitude de um partido, pretensamente, de centro-esquerda migrar para a direita e adotar uma “matriz liberal” ou “socio-liberal” nos fins dos anos 1980 e início dos anos de 1990.

Existem três grandes “conjuntos de ideias” na cultura política nacional que de alguma forma (positivamente ou negativamente) mantêm relações com as chamadas ideias liberais: 1. da Independência à Revolução de 1930, marcado pela tentativa de afirmação de uma cultura política liberal-oligárquica que pensava o país e o Estado apenas a serviço de seus interesses exclusivistas; 2. iniciadas nas últimas décadas do século XIX e prolongadas por todo o século XX em versões ou subculturas distintas, mas tendo seu ápice intelectual no chamado nacional-desenvolvimentismo dos anos 50, cuja características foram o antiliberalismo nacionalista, focado na defesa do Estado interventor<sup>2</sup>; 3. a partir da Redemocratização, construindo-se tortuosamente a partir das críticas ao nacional-desenvolvimentismo e ao autoritarismo da ditadura militar. (DULCI, 2010)<sup>3</sup>

---

<sup>2</sup> Destaque aqui as para de Tobias Barreto, Sílvio Romero e Euclides da Cunha denominados de “autoritários”, bem como para a formidável discussão de Gilberto Freyre sobre mestiçagem e democracia social da nossa “civilização” tropical.

<sup>3</sup> Para Dulci (2010), na década de 2000 várias linhas de pensamento buscavam, uma refundação do campo liberal no Brasil, marcada por uma postura visceralmente anti-Estado e antinacionalista, esta visão de mundo teria sido decisiva na fundação do PSDB, nos fins dos anos de 1980.

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

O nacional-desenvolvimentismo brasileiro foi estruturado fortemente nas ideias preconizadas pelo ISEB<sup>4</sup> e pela CEPAL<sup>5</sup>, consolidando-se, no Brasil, com seu maior representante intelectual: Celso Furtado, economista fundamental para a história econômica do Brasil.

Podemos entender como “desenvolvimentismo”, segundo Vera Cepêda:

um projeto de transformação social profunda, operada politicamente de maneira racional e orientada pelo Estado, vinculando economia e avanço social. (...) O desenvolvimentismo nasce de uma constatação de deficiência estrutural e crônica como base lógica de intervenção com objetivo de transformação. Portanto, é mais que desenvolvimento: é mudança social sistêmica, orientada e sustentada politicamente. (CEPEDA, 2012, p. 79)

Ainda nesta discussão conceitual Bielschowsky (2000, p.6-7) entende que o “desenvolvimentismo” é um conceito-chave “que se compõe dos seguintes pontos fundamentais: 1. a industrialização integral como via de superação da pobreza e do subdesenvolvimento brasileiro; 2. a ideia de que as forças espontâneas do mercado não são suficientes para se atingir uma industrialização eficiente e racional no Brasil; 3. a concepção de que é condição necessária que o Estado a planeje e ordene a expansão desejada dos setores econômicos, usando instrumentos de promoção, orientando recursos financeiros e promovendo investimentos diretos nos setores em que a iniciativa privada seja insuficiente.”<sup>6</sup>

O nacional-desenvolvimentismo foi inovador e diferente em vários sentidos ao propor um rumo próprio para o Brasil. Organizou-se como uma matriz cultural, um referencial obrigatório que amalgamou a atenção das principais lideranças da política e da cultura brasileira naquele momento histórico.

O nacional-desenvolvimentismo é o resultado dessa confluência que envolveu uma situação histórica particular (a situação de capitalismo

---

<sup>4</sup> Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), foi criado em 1955, no Rio de Janeiro, vinculado ao Ministério da Educação, dotado de autonomia, com liberdade de pesquisa, de opinião e de cátedra.

<sup>5</sup> Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), foi criada em 1948 pelo Conselho Econômico e Social das Nações Unidas com o objetivo de incentivar a cooperação econômica entre seus membros.

<sup>6</sup> Fazem parte desta corrente, além de Ricardo Bielschowsky e Celso Furtado, outros pensadores como Eugênio Gudin, Roberto Campos, Roberto Simonsen, todos com ideais de matriz direita, e Ignácio Rangel, com uma matriz esquerdista.

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História

## Rio de Janeiro/RJ, 2021

tardio e periférico e, em vários casos, herança colonial), a produção de um complexo explicativo rompido com o liberalismo econômico (incapacitado de dar conta do problema do atraso periférico) e o esforço social condensado em um projeto nacional pautado pela superação do subdesenvolvimento pela via da modernização econômica (CEPÊDA, 2012).

### **O antidesenvolvimentismo na origem do PSDB**

O golpe militar em 1964 promoveu uma ruptura brutal com os paradigmas existentes, mostrando uma certa ingenuidade dos projetos pensados pelos estruturalistas e dependentistas fundamentadores das práticas desenvolvimentistas. Antes mesmos da ruptura democrática, os escritos de Fernando Henrique Cardoso já faziam uma crítica aos dilemas que permeavam as correntes, afirmando que estas não falavam a linguagem das classes e não explicavam o processo social. Nesta perspectiva, faz sentido o PSDB, em sua criação ou em sua chegada ao poder, demonstrar clara intenção de se criar um Estado que tivesse, ao contrário do Estado investidor/planejador desenvolvimentista, uma função mais orientadora, ou mesmo suplementar do processo econômico.<sup>7</sup>

O contexto em que a fundação do partido se dá, está particularmente vinculado às mudanças dos diversos atores e das instituições políticas que participaram da elaboração da Constituição de 1988. A nova Constituição acabou por emprestar uma moldura legal rígida a um certo desenvolvimentismo democratizado, caminho adotado por certa ala conservadora com raízes no antigo governo autoritário e que buscava ampliar as restrições ao capital estrangeiro, dando as empresas estatais mais espaço para suas atividades. Desta forma o Estado obtinha mais controle sobre as transações

---

<sup>7</sup> Em “Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico no Brasil” (CARDOSO, 2020), Fernando Henrique, ainda em uma chave pré-1964, se afasta definitivamente da teoria do subdesenvolvimento ao fazer uma análise complementar a de Celso Furtado. Ao longo de seu texto ele afirma que não adianta se ter apenas uma mudança estrutural, ou seja, criar condições objetivas para a possibilidade de arranque, por que existe subjacente a isso uma questão social. Neste sentido é que 1964 mostra a ingenuidade do projeto estruturalista, o que talvez tenha levado Cardoso a uma crítica, que refletiu diretamente na criação do PSDB e posteriormente em seu primeiro mandato como presidente da República. Seu discurso de despedida do Senado em 1995 (Ver: CARDOSO, 1995), quando este vaticina que iria enterrar a Era Vargas, mostra uma clara intenção de se criar um Estado que orientasse o processo econômico, por que enxergava a burguesia brasileira parasitária e incapaz de transcender os limites da industrialização nacional.

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

internas e externas, assegurando a permanência da velha articulação entre o Estado e o mercado, em um momento em que o processo de transnacionalização e a ideologia liberal estavam para ganhar uma dimensão mundial em função do colapso do socialismo de Estado. (SALLUM JUNIOR, 2003. p. 39-40)

Neste aspecto o Programa de Fundação, do PSDB, deixa clara a intensão de se afastar deste modelo ao afirmar que o partido:

Nasce assim, na adversidade, o Partido da Social Democracia Brasileira: contra um governo que traiu a transição democrática, contra um Estado no qual a argamassa do passado teima em resistir à renovação. Nasce longe das benesses oficiais, mas perto do pulsar das ruas, para fazer germinar novamente a esperança. (PSDB, 1989, p.17)

Em seu discurso de despedida do Senado em 1994, o então, já eleito presidente, Fernando Henrique Cardoso (1995, p.13) faz uma alusão de que tomaria caminhos novos e muito diversos ao afirmar que não iria abrir mão da disciplina fiscal e monetária, que em sua visão era o fundamento da estabilidade econômica. A agenda da modernização de seu futuro governo em nada teria de comum com o desenvolvimentismo à moda antiga, baseado na pesada intervenção estatal, fossem elas de despesas ou do que ele chama de regulamentações cartoriais. Complementa, ainda, dizendo que a implantação do Real, a nova moeda, havia desmentido a ideia de que o mesmo era um “plano recessivo”, não vendo conexão entre a ideia de que austeridade fiscal fosse na contramão de crescimento econômico.

Até a promulgação da Constituição de 1988, a Nova República havia sido muito instável, nela não se articularam bem a dimensão institucional, a esfera sociopolítica e as condições econômicas. Houve uma desorganização econômica, uma vez que as finanças públicas geraram flutuações súbitas no crescimento do PIB, redução do crescimento econômico médio além de intensas pressões inflacionárias. As atribuições enfrentadas para se estabilizar uma nova forma de Estado impulsionou o crescente desejo, na elite brasileira, de um novo projeto político para o país. Na mesma intensidade em que a elite econômica se tornava insegura e amedrontada com o reformismo do

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

governo da Nova República, ainda mais com as medidas heterodoxas de estabilização monetária, as ideias econômicas liberais foram se tornando mais relevantes. (SALLUM JUNIOR, 2003. p. 39-40)

Em seu Manifesto do Partido ao Povo Brasileiro (Diário Oficial, 1988: 12508) o PSDB anuncia que se propunha a ser reformista, para isso defendia a reforma administrativa pública em busca da eficiência do Estado e o fim do clientelismo, o controle dos gastos públicos e o desenvolvimento do mercado interno com a “integração soberana” ao sistema econômico internacional. Enfim, é evidente que o partido buscava se oferecer como uma opção a esses setores sociais temerosos e reticentes das heterodoxias econômicas estimuladas pelos primeiros momentos da história da Nova República.

Em sua fundação, o PSDB, não era um partido homogêneo em termos ideológicos, sendo que várias tendências diferentes se abrigavam em seu interior (PSDB, 1989). Dos que se apresentavam como sociais-democratas, tendência da maioria dos membros, Fernando Henrique Cardoso era o expoente principal. Compunham também, liberais-conservadores (progressistas)<sup>8</sup>, socialistas-democráticos como os integrantes do MUP<sup>9</sup>, corrente mais à esquerda, e finalmente os democratas cristãos, cujo maior representante era Franco Montoro.

Apesar da heterogeneidade em sua composição, é ao redor de Fernando Henrique Cardoso que a formação intelectual do partido se concretizaria. Com seu passado ligado ao CEBRAP<sup>10</sup>, Cardoso, foi seu líder institucional e mentor intelectual, ali

---

<sup>8</sup> O liberal-conservador aqui abordado se aqui é entendido como uma variante típica existente no Brasil e que mantém grande semelhança com o conservadorismo ocidental existente na América Latina, na América do Norte e na Europa, pois todos eles têm como base a doutrina cristã e a adoção, em maior ou menor grau, das ideias políticas ou econômicas liberais.

<sup>9</sup> MUP (Movimento de Unidade Progressista): corrente de políticos socialistas democráticos oriundos de uma facção de esquerda do PMDB, ficaram conhecidos como “socialistas democráticos” e constituíram mais de 1/3 do total dos primeiros parlamentares tucanos.

<sup>10</sup> Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP) foi criado em 1969, por um grupo de professores de diferentes áreas afastados das universidades pela ditadura militar. Financiada pela Fundação Ford, se diferenciava das demais instituições, na medida em que atraiu cientistas políticos, mas não se concentrou exclusivamente ou principalmente na ciência política. (Ver: RODRIGUES, 2020, p.155)

## **ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021**

ele se encaminhou para a ciência política em estágio avançado de sua já consolidada carreira. Desde a participação do CEBRAP na campanha eleitoral de 1974, o intelectual estreitou laços com o MDB, atendendo às demandas de rejuvenescimento do partido e se tornando um verdadeiro polo de atração para seus pares, que aproveitaram as oportunidades abertas por sua ascensão meteórica. Eleito deputado constituinte em São Paulo, no ano de 1988, rompeu com esse partido e esteve entre as lideranças fundadoras do PSDB, apoiado por antigos membros da legenda anterior e intelectuais que se tornariam militantes da nova sigla. (RODRIGUÊS, 2020 p.156-159)

O PSDB nasce com o objetivo de ser uma via alternativa, que evitasse os níveis insuportáveis de burocratização do Estado autoritário-militar, o “zelo estatista” da esquerda marxista e a insegurança de um governo totalmente entregue ao livre-mercado sem controle. Em seu programa partidário, redigido por Fernando Henrique Cardoso, se lê: “Diferentemente dos autoritários, afirmamos que as reformas desejadas não virão como doação providencial de um Estado forte ou de uma chefia autocrática, mas sim como resultado do livre exercício das pressões e da negociação dos conflitos no âmbito da sociedade civil”. (PSDB, 1989, p.17).

Adaptando-se à realidade brasileira, que diferente da Europa, não desenvolveu uma social-democracia consistente, o reformismo defendido pelo PSDB se constitui em negação ao desenvolvimentismo, aqui chamado de antidesenvolvimentismo, com o objetivo de se posicionar como uma nova centro-esquerda modernizadora. Defende a “democratização das decisões” com descentralização de recursos, funções e encargos para estados e municípios, o que ele chama de “desprivatização do Estado”. Buscavam assim uma racionalização agregada à lógica da “eficiência” e “competitividade” próprias ao mercado, como solução para o concubinato entre a burocracia e o interesse privado, algo muito comum ao Estado varguista (CARDOSO, 1990).<sup>11</sup>

---

<sup>11</sup> paralelamente ao programa do partido, nesta obra, Cardoso afirma ser inaceitável a privatização do Estado que na América Latina, era algo que, em sua concepção, ocorria em grandes proporções. Essa privatização se dava através de alianças de parte da burocracia estatal a interesses privados.

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Caberia às ONGs um lugar de destaque no ambiente político. A aproximação era uma tentativa de diferenciação das esquerdas tradicionais que aparecem, nos documentos, como “movimentismo” “assembleísmo” ou “basismo”. Em perfeita simetria com as transformações do capitalismo contemporâneo nos países centrais, atesta a inevitabilidade da globalização e afirma a necessidade da abertura econômica, sem perder a soberania, mas também, sem o caráter popular, nacionalista e estatizante de outrora.

As ONGs — organizações não-governamentais — já provaram sua valia na defesa da causa ecológica. Bem ao contrário de ameaças à soberania do Estado, devemos aprender a vê-las como “organizações neogovernamentais”, Formas inovadoras de articulação da sociedade civil com o Estado e, por isso mesmo, sujeitas à prestação de contas e ao escrutínio público. (...) Reconhecendo nelas, em parceria com o Estado, o agente novo de um modelo de desenvolvimento que seja sustentável, tanto do ponto de vista ético e social como ecológico (CARDOSO, 1994, p.22)

O antidesenvolvimentismo peessedebista transparece também na fala de Mário Covas, em 1989, antes da campanha eleitoral para presidente, em sua despedida do Senado Federal: “O verdadeiro nacionalismo impõe a capacitação do País para a competição internacional e a defesa da nossa parte na “renda mundial” (COVAS, 1989, p.04). Na ocasião, o partido não escreveu um programa de governo e a fala do senador acabou por ser entendida como um rascunho do mesmo. O discurso chama a atenção por destoar do lugar de fala comum do senador, possivelmente em busca de se descolar da esquerda tida como “assembleista”. Ele faz uma conclamação ao Brasil, sobre à necessidade de se realizar um “choque de capitalismo” no país.

Para além dos recursos retóricos, seu discurso antecipava que em um futuro governo do PSDB se daria ênfase à estabilidade da inflação e à alternativa de mercado como forma de suplantar o modelo nacional-desenvolvimentista centrado no Estado. Sintonizado com o cenário externo, afirmava que a modernização da sociedade brasileira se daria pelo compartilhamento do avanço tecnológico com os países centrais, via abertura econômica e privatização (COVAS, 1989, p.04-05). Existe uma ligação e

# **ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021**

continuidade muito grande entre as intenções do partido, revelados na fala de Mario Covas, e o discurso de Fernando Henrique em sua despedida do Senado Federal em 1994, demonstrando que essas ideias estavam presentes desde o momento de fundação do PSDB.

Essas análises contribuem para esclarecimento sobre as posições político-ideológicas do partido à sua época fundacional. O antidesenvolvimentismo, conformou-se como um elemento potencializador das suas intenções e serviu para ajudá-lo a assumir uma posição mais próximas das necessidades de certos grupos sociais que presavam, naquele momento, por um certo cosmopolitismo liberal democrático, que pensava o Brasil a partir de sua inscrição no mundo.

Parece ser a obra de Fernando Henrique Cardoso a responsável por criar este deslocamento. Desde o período do autoritarismo militar, ela já demonstrava sua ideia de que o caminho do desenvolvimento brasileiro seria diferente dos países hegemônicos. O Brasil apresentava problemas específicos e requeria categorias de análise que não eram exatamente as usuais até então. A partir dessas diferenças e especificidades – desde as mais remotas (como a escravidão) até as mais contemporâneas (como a opção da burguesia por se aliar aos golpistas em 1964) - o desenvolvimento deveria encontrar um novo caminho. As chamadas “anomalias”, na verdade são “o arranjo sociológico-político em cima do qual se processa a inserção do país na economia internacional, portanto, nada mais normal do que elas”. (SCHWARZ, 1998, p.109-111). É um desenvolvimento que sempre repõe o “arcaico” social de alguma forma e que se dá através de uma “modernização conservadora”.

O livro “*Dependência e Desenvolvimento na América Latina*” é talvez a obra que mudou o status-quo de Fernando Henrique Cardoso na academia, nela os elementos apresentados no parágrafo anterior surgem pela primeira vez de forma mais contundente.

## **A gênese do antidesenvolvimentismo do PSDB**

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Os anos de 1950 e de 1960 foram férteis para o surgimento de organismos que reuniam intelectuais da América Latina. Em foco estava a análise do subdesenvolvimento e a elaboração de uma proposta para o desenvolvimento latino-americano. O ISEB<sup>12</sup> e a CEPAL<sup>13</sup> foram os *think tanks* que em sua época mais exerceram influência no Brasil. Entre os dois havia em comum os debates e a defesa do projeto nacional-desenvolvimentista pela via industrial. Esta via deveria ser a “superação do atraso por meio da industrialização” (SCHWARZ, 1999, p.88), na visão destes pensadores, que nomeados de “estruturalistas”, pensavam o subdesenvolvimento da América Latina sob o jugo dos mandos do “centro imperial”. A opção seria, então, uma industrialização por meio da substituição de importações, o avanço tecnológico, a consolidação do mercado interno, restrições ao capital estrangeiro, a revolução nacional burguesa e o aumento da participação e da modernização do Estado interventor/investidor. Na visão destes pensadores o Estado seria o ator ideal para mediar o desenvolvimento.

Na década de 1960, principalmente após os vários golpes civil-militares na América Latina, a visão nacional, burguesa e desenvolvimentista passou a receber várias críticas, e entre os intelectuais que se posicionaram contra, estava a “escola sociológica paulista”,<sup>14</sup> grupo que abrigava alguns dos futuros fundadores do PSDB.

O golpe militar de 1964 obrigou muitos destes pensadores a fugirem para o exílio. Entre estes estava Fernando Henrique Cardoso que ao se exilar no Chile juntou-se ao grupo de estudos da CEPAL, escrevendo ao lado do chileno Enzo Faletto a obra: “*Dependência e Desenvolvimento na América Latina*”.<sup>15</sup> Neste livro, Cardoso e Faletto

---

<sup>12</sup> ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros): criado em 1955 faziam parte, deste grupo, intelectuais como os filósofos Álvaro Vieira Pinto, Roland Corbisier e Michel Debrun, o sociólogo Alberto Guerreiro Ramos, os economistas Ignácio Rangel, Rômulo de Almeida e Ewaldo Correia Lima, o historiador Nelson Werneck Sodré, e os cientistas políticos Helio Jaguaribe e Candido Mendes de Almeida.

<sup>13</sup> CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina): A CEPAL teve como principais quadros iniciais, entre outros, os intelectuais o argentino Raúl Prebisch, Celso Furtado, Aníbal Pinto e Maria da Conceição Tavares. Ainda hoje a entidade se destaca no cenário latino-americano como um importante *think tanks* com teses e propostas.

<sup>14</sup> Florestan Fernandes ficou conhecido como o fundador da chamada “escola paulista de sociologia”. Integrado por sociólogos como Fernando Henrique Cardoso, Maria Sylvia de Carvalho Franco, João Baptista Borges Pereira e José de Souza Martins, entre outros.

<sup>15</sup> A obra: “*Dependência e Desenvolvimento na América Latina*”, escrita por Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto é um ensaio de interpretação sociológica. Clássico da sociologia que estuda as relações internacionais e o processo de desenvolvimento econômico e social na América Latina,

# **ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021**

criticam as visões tradicionais da esquerda e também as análises dos funcionalistas conservadores, sobre os processos políticos e econômicos latino-americanos, e apresentam uma teoria inovadora. Uma crítica às explicações simplórias que classificam os países, ignorando suas trajetórias particulares, entre dois grupos: países tradicionais (subdesenvolvidos) e modernos (desenvolvidos). Propõem-se uma modernização sem romper com os laços de dependência ou mesmo de subdesenvolvimento.

Para Cardoso, as análises nacional-desenvolvimentistas ou teorias da modernização, por seus encastelamentos ideológicos, fossem estes conservadores ou progressistas da esquerda, não enxergavam a complexidade do problema, assim como também erravam na interpretação do contexto daquela época, principalmente sobre a internacionalização do mercado e do sistema produtivo no capitalismo do pós-guerra. (CARDOSO, FALETTO, 1969)

A teoria exposta no livro, segundo Fernando Henrique Cardoso, foi criada em oposição às ideias “revolucionárias” das esquerdas e às “nacional-desenvolvimentistas” do ISEB e da CEPAL, prevalentes até a década de 1970, em todo o continente latino-americano (CARDOSO, 1996, p.12-14). Este posicionamento crítico ao projeto “nacional-desenvolvimentista” pode ser apontado como um dos motivos da projeção alcançada por ele no campo das ciências sociais na América Latina.

Por essa chave as condições estruturais e favoráveis do pós-Segunda Guerra Mundial, deram margem a crença comum, entre os economistas, de que o desenvolvimento dependeria da capacidade de cada país tomar as decisões econômicas que a situação impusesse. (CARDOSO, FALETTO, 2010, p.11) A isso se impunha uma crítica através de uma abordagem histórica que compreendia a economia latino-americana dentro de um fluxo unitário da expansão global do capitalismo, este subscreveria as condições históricas e estruturais que possibilitam as ações políticas.

Diferente do pensamento cepalino, Fernando Henrique Cardoso, entendia que o desenvolvimento somente seria alcançado por um projeto “industrializante-associado”, descartando assim a possibilidade da América Latina, com suas economias periféricas,

## **ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021**

se desenvolverem de forma autônoma e desassociadas das economias centrais. A abertura de mercado local ao capital externo, com políticas públicas de incentivos à entrada do capital multinacional, seria o caminho necessário para se alcançar o objetivo desejado. Tratava-se de uma “industrialização-associada”, por que a burguesia nacional assumiria um papel subordinado, ao ceder espaço para o capital internacional nos setores estratégicos (CARDOSO, 1996, p.12-14).

Como demonstrado na sessão anterior essa concepção de desenvolvimento-associado está presente é vários dos documentos apresentados, é o desenvolvimento interno com a integração soberana ao mercado internacional apontado pelo Manifesto ao Povo Brasileiro em 1988.<sup>16</sup> A noção de dependência tal como indicada no ensaio marcava um diferencial dos supostos polos de formação, sem nega-los, mas a partir de um foco histórico crítico que questiona as possibilidades de estabilização e particularização prementes em um Estado interventor.

Cardoso também não acreditava na existência de uma burguesia de cunho nacionalista nos países-americanos, e muito menos, que esta desempenhava um papel crucial no desenvolvimento econômico da região. Em sociedades em que o Estado sempre subsidiou o desenvolvimento não seria possível pensar em uma burguesia do tipo clássica e a não existência desta mesma, implicaria em um desvio do caminho original. (CARDOSO, 1996, p.35).

Fernando Henrique Cardoso, “de forma não planejada, tornou-se o centro acadêmico em torno do qual se debatia a situação da América Latina e do Brasil”. (DULCI, 2010, p.98-99) Ele inova o debate pela crítica do que teria sido a vertente de explicação do desenvolvimento, vindo do centro pela teoria da modernização, mas também pela leitura enviesada da teoria cepalina de que pelo desenvolvimento e a industrialização se resolveria a situação da sociedade brasileira, incluindo seu ator estratégico; a burguesia industrial. Seu referenciado debate ganhou o mundo, uma vez

---

<sup>16</sup> Ver: Diário oficial, 1988: 12508

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

que se configurava uma nova forma de se interpretar as relações dos países periféricos com os países centrais.<sup>17</sup>

É claro, a partir desta trajetória de pensamento, que a elaboração crítica realizada por Fernando Henrique Cardoso, em relação à figura do Estado burocrático-autoritário, protecionista ou regulador, permitiu a ele elevar-se dentro do status-quo da academia. Isso se usamos as considerações de Pierre Bourdieu (2021, p.10), que afirma a ideia de que a autoridade científica é uma espécie particular de capital que pode ser acumulado, transmitido e até mesmo, em certas condições, reconvertido em outras espécies.

Em posse de capital científico, em fins da década de 1970, Fernando Henrique Cardoso se tornou uma das figuras mais influentes do país, não apenas dentro da academia, mas também fora dela. Com seu discurso engajado e intelectual, se tornou um referencial para parte significativa da oposição, principalmente aqueles que buscavam um viés de esquerda mais envernizado, conseguindo deste modo se projetar também no cenário político. Tornou-se senador suplente de Franco Montoro pelo MDB em 1978, foi um dos principais ideólogos, senão o maior, na fundação do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), ministro das Relações Exteriores e da Fazenda no início da década de 1990, e finalmente, presidente da República em janeiro de 1995, cargo que ocupou até dezembro de 2002 (FERREIRA, 2016, p.481).

De intelectual exilado, passando por ideólogo fundador de partido até se tornar presidente da república, Fernando Henrique Cardoso se transformou no artífice do pensamento intelectual peessedebista, sua crítica as ingenuidades do estruturalismo e do dependentismo já portava elementos fundamentais que constituiriam o antidesenvolvimentismo. É evidente que nem tudo já estava desvelado neste momento, as transformações no eixo diacrônico seriam fundamentais no amadurecimento e

---

<sup>17</sup> Há aqui uma inovação na análise de Fernando Henrique Cardoso ao introduzir, para além dos determinismos econômicos, uma leitura sociológica do desenvolvimento nas condições de Periferia. O debate levantado acaba ganhando tônus em 1964, por que grande parte das questões que ele apontava, dos limites do projeto desenvolvimentista, e de certos éthos esperados por essa burguesia, caiu por terra com a aliança civil-militar em prol de um certo nacional-desenvolvimentismo de regime autoritário.

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

consolidação de sua visão de mundo, seus escritos posteriores a “Dependência e Desenvolvimento na América Latina” comprovam este percurso. Ao chegar, em 1995, a presidência da República, apenas deu continuidade as práticas de sua perspectiva teórica. Como ele mesmo disse:

para o novo tipo de desenvolvimento os mecanismos de controle da economia nacional escapam parcialmente do âmbito interno na medida em que certas normas universais do funcionamento de um sistema produtivo moderno, impostas pelo mercado universal, não permitem alternativas: a unificação dos sistemas produtivos leva à padronização dos mercados e a seu ordenamento supranacional (CARDOSO, FALETTTO, 1969, p.130).

Assumindo desde o início em seu discurso de posse que havia sido eleito para dar continuidade ao plano e às “reformas estruturais necessárias para afastar de uma vez por todas o fantasma da inflação”, um mês antes, ainda em dezembro, no seu discurso ao despedir-se do Senado, anunciou o fim da Era Vargas e o esgotamento do modelo de desenvolvimento a que ela dera origem (CARDOSO, 1995, p.9-12). Neste momento, já não havia mais as amarras pragmáticas, que outrora, levaram a adaptação do discurso em favor dos desejos imediatos da ascensão política do partido. Revelou-se o que de fato era verdadeiro e o que sempre fora, até aquele momento, somente um discurso. O antidesenvolvimentismo estava no primeiro grupo.

## **Conclusão**

A argumentação ao longo deste trabalho nos permitiu, analisar e demonstrar como o antidesenvolvimentismo foi uma característica que permeou a cultura política do PSDB em sua fundação, e ainda que o mesmo tenha apresentado mudanças em seus ideais iniciais, ele se manteve e se consolidou na medida que o partido foi se estruturando como um dos principais personagens da democracia brasileira pós-Redemocratização, a partir da década de 1980 e 1990.

Na primeira sessão estabelecemos o conceito de cultura política, ele nos serviu corretamente para entender com grande clareza a visão e a vocação do PSDB, já em sua formação. O partido desde seu princípio, através de seus membros notáveis, destacando aqui Fernando Henrique Cardoso, produziu críticas e propôs alternativas ao

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

nacional-desenvolvimentismo, um dos três grandes “conjuntos de ideias” da cultura política nacional. Como contrapartida, em tom de forte crítica à interpretação nacional-burguesa do desenvolvimento propôs a “Dependência-associada”, caracterizada pela associação da burguesia local com as multinacionais e com as tecnoburocracias civil e militar.

Na segunda sessão expusemos, a partir dos documentos pesquisados, que como o Brasil não desenvolveu uma social-democracia consistente, o reformismo defendido pelo PSDB se constituiu em negação ao desenvolvimentismo pós-getulista, seu objetivo era se posicionar como uma nova centro-esquerda modernizadora e ocupar um vazio político que se revelava promissor. É correto afirmar que o antidesenvolvimentismo já fazia parte de sua subcultura política, em sua época de fundação, e foi elemento importante em seu posicionamento, dentro do campo político, como uma opção entre o movimentalismo basista e o desenvolvimentismo burocrático.

Finalmente, na terceira, e última, sessão demonstramos que a gênese deste antidesenvolvimentismo do PSDB é anterior a sua fundação e pode ser identificada na obra e na prática de seu mais importante ideólogo: Fernando Henrique Cardoso. No livro que escreveu ao lado de Enzo Falleto, “*Dependência e Desenvolvimento na América Latina*”, já constavam boa parte dos elementos da cultura política do partido. A elaboração crítica realizada por Fernando Henrique Cardoso, em relação à figura do Estado burocrático-autoritário, protecionista ou regulador, permitiu a ele elevar-se dentro do status-quo da academia, transformando-se no artífice do antidesenvolvimentismo do PSDB. Sua presidência, em 1995, apenas consolidou as práticas de sua perspectiva teórica.

Como se pode observar neste artigo o antidesenvolvimentismo é uma característica subjacente aos discursos políticos e a visão de mundo do PSDB desde as suas origens. Entranhado em sua cultura política o novo tipo de desenvolvimento proposto pelo partido serviu de base teórica para que este, enquanto esteve à frente do poder, realizasse modificações econômicas fundamentais no país, com o objetivo de

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

criar as boas condições para a vinda dos capitais externos, promovendo o livre-mercado e diminuindo a participação do Estado através de privatizações. A frente do país durante as duas gestões de Fernando Henrique Cardoso, entre os anos de 1995 e 2003, e sendo o partido que polarizou as disputas presidenciais com o Partido dos Trabalhadores (PT), nos anos seguintes, até 2014, se tornou o artífice de uma matriz cultural política da centro-direita e direita brasileira, amalgamando nela seus ideais, suas práticas e suas visões de mundo.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento Econômico Brasileiro: O Ciclo Ideológico do Desenvolvimentismo*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

BOURDIEU, Pierre. O campo científico. p. 10. Disponível em: <https://cienciaetecnosociedade.files.wordpress.com/2015/05/o-campo-cientifico-pierre-bourdieu.pdf>. acessado em 19 de março de 2021.

CARDOSO, Fernando Henrique e FALETTO, Enzo. Dependência e desenvolvimento na América Latina. 9a ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

CARDOSO, Fernando Henrique. Discurso de despedida do Senado Federal: filosofia e diretrizes de governo. Brasília: Presidência da República, Secretaria de Comunicação Social, 1995.

CARDOSO, Fernando Henrique. Empresariado Industrial e Desenvolvimento Econômico no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.

CARDOSO, Fernando Henrique. Perspectivas da Socialdemocracia (Vistas do ângulo do Brasil). IN: DAVID, Maurício Dias, (org). Socialdemocracia hoje. Rio de Janeiro: Fundação Teutônio Vilella, 1990.

CARDOSO, Fernando Henrique. Relações Norte-Sul no Contexto Atual: Uma Nova Dependência?. In: BAUMANN, Renato (Org.) *O Brasil e a Economia Global*. Rio de Janeiro: Campus, 1996, p. 12-14.

CEPÊDA, Vera. Inclusão, democracia e novo-desenvolvimentismo – um balanço histórico. Estudos Avançados, v.26, n.75, São Paulo, maio/agosto. 2012.

# ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

COVAS, Mario. O desafio de ser presidente: compromisso com a democracia, a justiça e o desenvolvimento. Brasília, Senado Federal. 1989.

Diário Oficial. Manifesto de Fundação do PSDB. Brasília, DF (06 de julho), 1988.

DULCI, Marcelo. Soares. PSDB : força e limites da resposta liberal aos desafios do Brasil contemporâneo. Tese de Doutorado, Belo Horizonte (MG). Universidade Federal de Minas Gerais, 2010.

FERREIRA, Rafael Leite. Não esqueçam o que ele escreveu: o sociólogo Fernando Henrique Cardoso e (a prática da) Teoria da Dependência. *Temporalidades*, v.8, n.1, Belo Horizonte, jan/maio 2016.

GENAIO, POMEIA. A FORMAÇÃO DO PARTIDO DA SOCIAL-DEMOCRACIA BRASILEIRA. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2003

MELLO, João Manuel Cardoso de. *O Capitalismo Tardio*: contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira. 9. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

PÉCAUT, Daniel. *Os Intelectuais e a Política no Brasil – Entre o Povo e a Nação*. São Paulo: Ática, 1990.

PSDB. Programa: Introdução e Diretrizes Básicas do Partido da Socialdemocracia Brasileira (PSDB). Brasília: 1989.

RODRIGUES, Lidiane Soares. Brazilian political scientists and the Cold War: Soviet hearts, North-American minds (1966–1988). *Science in Context*, 33(2), 2020 145-169. doi:10.1017/S0269889720000228.

SANI, Giacomo. “Cultura Política” (verbete). In: BOBBIO, Norberto et alli (orgs.). *Dicionário de Política*. 4ª ed. Brasília, DF: Edunb, 1992.

SALLUM JR, Brasílio. Metamorfoses do Estado brasileiro no final do século XX. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 18, n. 52, p. 35-55, 2003.

SCHWARZ, Roberto. *Seqüências brasileiras*: ensaios. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SCHWARZ, Roberto. Um Seminário de Marx. *Novos Estudos*, São Paulo, nº 50, mar., pp. 99-114, 1998.

**ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História  
Rio de Janeiro/RJ, 2021**